Nova economia, nova política, nova agenda para o Brasil.

I – O mundo em mudança

1. A globalização é um processo novo e irreversível. Não é possível compreendê-lo como simples continuidade do sistema mundial anterior de trocas e comunicação nem propugnar o retorno à velha ordem. Seus resultados confirmam, numa escala sem precedentes, a tendência ao desenvolvimento desigual do sistema capitalista. Em determinadas regiões, como na China e na Índia, milhões de pessoas são retiradas da pobreza. Em outras, a pobreza se agrava. Em todas elas, a desigualdade aumenta. No entanto, a globalização pode ser objeto de direcionamento político, cujo sucesso depende da renúncia ao voluntarismo e do reconhecimento da dinâmica do processo. Uma globalização alternativa, que considere a inclusão, a equidade social e a sustentabilidade ambiental, é possível.

2. A globalização está associada ao processo acelerado de inovação tecnológica iniciado nos anos 1970. As inovações ocorrem em todos os setores do conhecimento, como a biotecnologia, a robótica, os novos materiais e a nanotecnologia. No entanto, a informática foi o ponto de partida e o eixo principal desse processo. É importante lembrar que, ao contrário do que postula o determinismo tecnológico de todos os matizes, inovações tecnológicas e, principalmente, sua aplicação produtiva, estão associadas a decisões políticas que obedecem a razões mais amplas. A revolução na informática ocorreu a partir da migração, nos anos 1970, da tecnologia do chip de computadores, criada na década de 1940, para fins militares, para a economia como um todo. Esse conjunto de mudanças, ainda em curso, deu origem, com a circulação da informação em tempo real, ao processo que chamamos de globalização. Na história, o único evento comparável, em alcance e consequências, é a revolução industrial.

3. Mudanças dessa magnitude repercutem com força no mundo do trabalho. A organização da produção foi e continua a ser revolucionada. As primeiras vítimas foram os modelos de organização da produção vitoriosos na primeira metade do século XX: o fordismo e o taylorismo. As novas condições de trabalho, principalmente nos setores tecnologicamente mais avançados,

apresentam exigências também novas aos trabalhadores. Nelas, a eficácia da mão-de-obra depende não só de qualificação cada vez maior, mas de capacidade de iniciativa, decisão e responsabilidade. Daí o sucesso do toyotismo e de todos os sistemas semelhantes que desconcentram esses atributos dos níveis de gerência e os distribuem em todos os níveis da organização. Essa situação esgarça as relações de trabalho assalariadas tradicionais e mostra afinidade com o trabalho autônomo e familiar; com as micro e pequenas empresas; com as cooperativas e associações de trabalhadores; com a participação crescente dos trabalhadores na gestão e no lucro das empresas. No mundo globalizado convivem as relações assalariadas tradicionais com as novas relações trabalho e ainda com setores inteiros que dependem de algum grau de coerção não econômica sobre a força de trabalho.

4. Também o mundo da política sofre o impacto da globalização. A mudança mais visível é o declínio da capacidade de intervenção do Estado nacional, concomitante à mobilidade que o capital ganhou. Com isso, os limites das políticas econômicas tradicionais, juros e câmbio, principalmente, tornam-se mais estreitos. A tarefa de regulação dos mercados transfere-se progressivamente para entidades supranacionais. Daí o impulso para a constituição de blocos econômicos e a emergência de um sistema de governança global. Exemplar é a importância crescente da Organização Mundial do Comércio na definição das práticas permitidas e vedadas a seus estados membros.

5. Além disso, a própria representação política é alvo de demandas de novo tipo. A circulação da informação em tempo real abriu novas possibilidades de participação para o cidadão comum, que pode hoje levar diretamente suas demandas e posições a seus representantes eleitos, sem a mediação dos partidos. Essa situação deixou os partidos políticos e o sistema representativo em crise, como mostra a substituição do voto partidário pelo voto flutuante nas democracias consolidadas; a queda universal no número de filiações partidárias; e a passagem do financiamento dos partidos de contribuições de filiados e simpatizantes para a preponderância ou exclusividade do financiamento público.

6. A mesma situação de informação abundante e rápida que fragiliza os partidos dá impulso à organização autônoma da sociedade civil. Multiplicam-se os movimentos e organizações, com os objetivos mais variados. Determinados eventos cristalizam essa militância em manifestações de rua, feitas à margem dos partidos, com uso intenso da rede e grande capacidade de alastramento. Vimos na

virada do século um primeiro ensaio dessas manifestações, em torno da agenda anti ou alter globalização. Vemos, desde 2011, um segundo momento de protesto, que trabalha duas faces de um mesmo tema: a questão democrática. Países que carecem de uma tradição democrática consolidada viram multidões nas ruas a reivindicar os elementos básicos da legalidade democrática. A Primavera Árabe foi o exemplo mais evidente desse lado das manifestações. Países que vivem sistemas democráticos consolidados viram protestos contra as limitações mais evidentes desses sistemas, organizados até o presente para dar conta de uma situação plenamente administrável sem a participação do cidadão. Esses manifestantes reivindicam canais de participação e qualidade da representação, ou seja, transparência, fiscalização e prestação permanente de contas dos representantes para com os representados. Mobilizações desse tipo aconteceram na Islândia, na Espanha, nos Estados Unidos e em outros países europeus. Nesses casos, a reforma da representação política é uma tarefa urgente, que mal começou, e deve evitar dois extremos igualmente perigosos para a continuidade da democracia: de um lado, a inércia, a ilusão de que a representação pura resolve os problemas da agenda atual; de outro, o erro oposto, a ilusão do fim da representação e sua substituição radical pela participação, nas praças e na rede. A verdadeira tarefa consiste no aperfeiçoamento constante da representação e sua articulação a formas de participação cada vez mais amplas.

7. Nesse conjunto de mudanças revolucionárias, subsistem alguns padrões de entendimento e percepção da política originados do mundo da revolução industrial. Um deles é a polaridade entre esquerda e direita. A produção e intensificação de desigualdades é conseqüência inevitável da operação dos mecanismos do mercado, e, no processo de globalização, a desigualdade, como esperado, aumentou, embora a pobreza e a miséria tenham retrocedido. Por outro lado, nada indica, nos movimentos contemporâneos da política e dos valores que a demanda por equidade irá arrefecer. O contraste entre demanda por equidade e desigualdade crescente repõe e alimenta, constantemente, a oposição entre esquerda e direita no espectro político.

8. Nos países em que o centro da agenda política é ocupado pela conquista de um estado democrático de direito, o autoritarismo serve à manutenção de privilégios de classes e de grupos. Ali a direita está encastelada nos governos e enfrenta a oposição, por vezes simultânea, de movimentos de inspiração democrática e de grupos com programas ainda mais retrógrados.

9. Nos países de democracia consolidada, a manifestação política da direita segue dois caminhos. De um lado, na extrema direita estão aqueles que defendem não apenas a manutenção das desigualdades, mas a restauração de desigualdades em extinção. Propugnam a volta dos estrangeiros a seus países de origem, a volta das mulheres aos lares e a volta dos trabalhadores a seus empregos antigos. A recusa da globalização, a confiança no Estado e, principalmente, o desconforto em relação à democracia, os aproximam, paradoxalmente, de setores da extrema esquerda.

10. De outro lado está a direita institucional: conservadora na política e liberal na economia. Defende a manutenção das desigualdades que o mercado produz nos seus movimentos. Viveu seu período áureo entre a crise do estado de bem-estar social e a grande crise econômica de 2008.

11. No campo da esquerda, há, de um lado, um conjunto de partidos e movimentos de inspiração bolchevique. Todos assumem como norte o modelo teorizado por Lenin, inspirado na revolução de 1917 e reproduzido pelos partidos comunistas em todo o mundo. O fim do socialismo real produziu uma crise duradoura nesses partidos e sua persistente redução eleitoral. Os saltos na produtividade nos países capitalistas, a melhoria nas condições de vida dos seus trabalhadores e a difusão da informação a esse respeito, retiraram legitimidade ao socialismo real, tornaram impraticável a continuidade das economias centralmente planejadas e insustentáveis os regimes de partido único. Ficou claro o fracasso do modelo: insurreição, assalto ao poder, estatização dos meios de produção, regime de partido único. Ficou também clara a necessidade de um conceito de socialismo que contemple a dimensão da democracia e da sustentabilidade das conquistas alcançadas.

12. Anterior ao colapso do socialismo real foi a crise do estado de bem-estar social, modelo de domesticação e humanização do capitalismo desenvolvido pela social-democracia no poder, a partir dos anos 1930. A receita aqui foi outra: Estado forte, que assegurava simultaneamente o lucro dos empresários, por meio de proteção alfandegária, garantia de crédito, energia e insumos básicos, entre outros subsídios, e da segurança dos trabalhadores, por meio de uma ampla rede de proteção social. Um Estado que exige em troca o apoio e o voto dos cidadãos e garantia da manutenção do emprego e do salário dos capitalistas. O Estado da democracia representativa, no qual as decisões são tomadas por governantes eleitos e representantes corporativos de trabalhadores e

empregadores. A crise desse modelo e a hegemonia liberal de quatro décadas que se seguiu à idade de ouro da social-democracia não decorreram de capitulação política, como pretendem alguns de seus críticos, 0mas de dificuldades estruturais do modelo nas condições mencionadas de globalização e revolução tecnológica. Nesse mundo, a possibilidade do pleno emprego desapareceu, a margem de variação das políticas econômicas dos estados nacionais encolheu, o estado de bem-estar social tornou-se mais caro e menos eficiente e um número cada vez maior de problemas passou a depender de soluções negociadas no âmbito supranacional. Nessas condições, a aplicação da velha receita da social-democracia parece muitas vezes provocar efeitos opostos aos obtidos anteriormente. Em vez de crescimento, estagnação econômica; em vez de inclusão social, empobrecimento da população; em vez de segurança universal, exposição diferenciada ao risco.

13. A nova situação e as derrotas eleitorais que se seguiram provocaram uma divisão no campo da social-democracia. Um grupo, minoritário, aglutinou-se em torno de novos partidos empenhados em manter as velhas bandeiras, como a Esquerda, na Alemanha e, até certo ponto, a Nueva Izquierda espanhola. A maioria tentou atualizar suas propostas, adaptando sua estratégia ao novo ambiente. Resultaram daí o neotrabalhismo, as terceiras vias e o conjunto de propostas conhecido como social-liberalismo. Em comum, têm o reconhecimento da novidade do ambiente do mundo globalizado, a abertura para a agenda ecológica, o reconhecimento da iniciativa dos cidadãos na gestão pública. Em suma, a renovação da social-democracia incorporou, de forma correta, uma análise das mudanças por que o mundo passou e a preocupação ambiental. Incorporou ainda a proposta de abrir espaço no aparelho de estado para a participação da cidadania organizada em torno de ONGs. Não promoveu, contudo um movimento análogo do lado do mercado, que implicaria a abertura estratégica para os novos atores do mundo do trabalho. Com isso, terminou por naturalizar o mercado e pouco se diferenciar da agenda econômica de seus adversários liberal-conservadores.

14. As respostas oferecidas pelas duas alas da social-democracia revelam-se insuficientes para lidar com a nova situação que se formou, na economia e na política. No entanto, as manifestações recorrentes em diversos países mostram que cresce entre os cidadãos a demanda por uma esquerda democrática e moderna. Na arena política mundial, há, portanto, um vazio à espera de formulação.

15. O projeto do PPS é, sem pretensões exclusivistas, trabalhar para a construção de uma esquerda democrática no Brasil. Um projeto comprometido com a ampliação da democracia, com a maximização da equidade, com a institucionalidade democrática como caminho para a mudança, com a sustentabilidade ambiental, com a interlocução permanente com os mundos do trabalho e da cultura.

II - O Brasil na ordem democrática

1- A superação do regime ditatorial no país chegou a termo com a elaboração da Carta de 1988. A Constituinte reuniu a experiência acumulada da resistência democrática à ditadura, a agenda dos movimentos sociais e a inteligência jurídica nacional para produzir a Constituição mais democrática da história brasileira. Seu texto ultrapassa os marcos do liberalismo tradicional, que inspiraram a Constituição de 1946, ao abrigar no seu texto princípios e valores democráticos fundamentais, estabelecer um extenso conjunto de direitos e garantias individuais, prever mecanismos de garantia desses direitos nos casos de omissão dos governantes, abrir novos canais de participação do cidadão, inclusive na gestão de políticas públicas, assumir a garantia do provimento do mínimo necessário para assegurar a sobrevivência do cidadão, e consagrar o sufrágio universal, entre outras decisões de diretriz democrática e progressista. A operação do ordenamento legal ali instituído está na raiz de todos os avanços ocorridos no país nos últimos 25 anos.

2- A grave crise política que resultou no impedimento do Presidente Collor de Mello demonstrou a vitalidade e as potencialidades da nova regra constitucional. A origem da crise foi a contradição crescente entre práticas de barganha em grande escala, ilegais, embora freqüentes na política brasileira, e as condições de transparência, fiscalização e controle que a nova ordem constitucional propiciou: liberdade de imprensa, Ministério Público independente, recuperação dos poderes de investigação do Legislativo. A crise foi resolvida nos marcos da ordem constitucional, com a posse do Vice-Presidente eleito, Itamar Franco. No entanto, a contradição entre o norte democrático da Constituição e a

regra eleitoral oligárquica que conforma o sistema político brasileiro persiste e manifesta-se periodicamente em crises de escopo menor.

3- O grande marco do governo Itamar Franco foi a conquista da estabilidade econômica. A inflação retornara a patamares elevados após as crises do petróleo e o fim do "milagre econômico" do regime militar. O processo inflacionário resistira a várias tentativas de controle nos governos Sarney e Collor, sempre recuperando força depois de recuos passageiros. Quando o Plano Real foi lançado, os efeitos da inflação em termos de desorganização da atividade econômica e de agravamento da pobreza e das desigualdades eram intoleráveis para quase todos os setores da sociedade. O Plano foi um sucesso e permitiu o início de um ciclo de crescimento econômico e redução da pobreza que chega hoje a seus limites.

4- No plano econômico, o governo Fernando Henrique Cardoso consolidou as condições da estabilidade: escapou da armadilha cambial, negociou a dívida dos Estados, promoveu as privatizações, saneou o sistema financeiro, avançou na revisão constitucional, conseguiu a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Lançou as bases para uma profunda e necessária reforma do Estado. No entanto, é preciso reconhecer, de um lado, o sentido democrático e progressista desse caminho de reformas; de outro, sua relativa insuficiência, em face da magnitude dos problemas e das tarefas a enfrentar. O alcance e profundidade das mudanças foram limitados, em razão dos ataques sofridos em duas frentes: a resistência de uma oposição sectária, capitaneada pelo PT, e a timidez e inoperância de uma base de apoio majoritariamente conservadora no Congresso Nacional.

5- No plano social, o governo do PSDB prosseguiu no combate à pobreza e à miséria extrema, em acordo com os mandamentos constitucionais e em continuidade com iniciativas de transferência de renda à população mais pobre iniciadas nos governos anteriores. O conjunto de transferências existente foi incrementado e aglutinado em dois grandes programas, um, a bolsa-escola que exigia compromissos da família com a educação dos filhos como contrapartida; outro, com contrapartidas na área da saúde. Teve início o cadastro único de beneficiários e a sistemática de pagamento mediante retiradas em cartão bancário.

6- O governo Lula manteve, num primeiro momento, a política econômica do seu antecessor. Avançou, embora timidamente, na agenda das

reformas. Ao mesmo tempo, adaptou-se por completo às regras não escritas do funcionamento da política brasileira, levando a barganha na procura por apoio a extremos ainda não conhecidos no plano federal. O escândalo do mensalão tem sua raiz na mesma contradição que levou ao impedimento do Presidente Collor: o conflito entre uma regra eleitoral arcaica e uma sistemática de formação de alianças coerente com ela e a situação de transparência, investigação e informação que a Constituição promove. A única surpresa foi a rápida adesão do PT às regras ocultas do jogo, adesão prefigurada, contudo, no pragmatismo demonstrado pelo partido nas eleições municipais anteriores e nas administração das prefeituras por ele conquistadas.

7- O segundo governo Lula promoveu na economia uma virada no sentido de um desenvolvimentismo patrimonialista congruente com o histórico do Partido dos Trabalhadores: abandono das reformas, protagonismo do Estado, dos grandes grupos econômicos, dos grandes fundos de pensão. Uma política econômica que depende do acerto de um diagnóstico que atribui a maior parte das mazelas da economia brasileira, inclusive a desindustrialização, aos juros elevados e à valorização da moeda, deixando em segundo plano os problemas estruturais de competitividade que emperram a economia brasileira. O fracasso dessa virada manifestou-se plenamente nos primeiros anos do governo Dilma.

8- Na política social, o governo Lula intensificou a estratégia de transferência de renda aos setores mais pobres da população, ao mesmo tempo em que promovia sucessivos aumentos no valor real do salário mínimo. No governo Dilma, esses dois instrumentos atingiram seu limite enquanto promotores do combate à pobreza e à redução das desigualdades. O universo dos beneficiários do programa de transferência expandiu-se, ao invés de diminuir, e o aumento real do salário mínimo esbarra hoje no baixo crescimento da economia.

9- No governo Dilma, a conjuntura internacional favorável que beneficiara do Brasil nos dois mandatos de Lula esfumou-se. Os feitos da crise de 2008 se fazem sentir com algum descompasso na economia brasileira. O preço de ter abandonado o caminho das reformas começa a ser cobrado: o país está fragilizado para enfrentar a crise econômica que se avoluma. Baixo crescimento, ausência de investimentos, produtividade estagnada, gargalos na infraestrutura e nenhum indício de mudança do diagnóstico do governo de forma a incorporar os dados

da realidade. A política de privatizações, ou de concessões, viveu uma retomada tímida e tardia, de sucesso ainda duvidoso. Os pronunciamentos das autoridades econômicas são declarações de esperança, de desejo fervoroso de que os dados não se revelem tão ruins quanto insistem em parecer, de um otimismo tão persistente e desligado da realidade quanto o catastrofismo cultivado anteriormente por alguns setores da oposição.

10- No plano social, as dificuldades de aumentar indefinidamente o valor dos benefícios e o universo dos beneficiários do programa de transferências de renda aparecem com clareza cada vez maior, assim como a necessidade da redução do ritmo de aumento real do salário mínimo. Mas, a ausência de uma estratégia de política social alternativa, capaz de ir além dos ganhos obtidos até o momento, é mascarada pelo ainda elevado nível de emprego. Apesar disso, as manifestações populares de junho, as jornadas de junho, puseram o dedo na ferida: a ênfase nas políticas sociais direcionadas, focadas nos mais pobres, deixou a descoberto as políticas universais de saúde, educação, segurança pública e mobilidade urbana. Ganhos no nível de vida da população dependem hoje basicamente de Estado eficiente, como produtor ou como regulador, nessas áreas. É necessária uma ampla e profunda reforma democrática do Estado.

11- No plano político, é preciso assinalar que as dificuldades enfrentadas pelo governo refletiram-se, num primeiro momento, numa tendência à desestruturação da coalizão que o apóia. Indicadores dessa tendência são o descontentamento do PMDB e a disposição de parceiros menores de analisar outras alternativas de aliança. O principal evento nesse plano foi, contudo, a decisão recente da Justiça Eleitoral de aceitar a criação de duas novas siglas partidárias e rejeitar, quase simultaneamente, o pleito da REDE, organização que pretendia lançar Marina Silva como candidata a Presidente da República. A conseqüência imediata dessa decisão foi a decisão da REDE de somar forças com a candidatura do PSB. Esse movimento fortaleceu o PSB, consumou seu afastamento da base governamental e abre a possibilidade de pôr fim à polaridade entre PT e PSDB, criando espaço para a afirmação de outras forças políticas. É forçoso reconhecer que a conjuntura eleitoral é mais favorável hoje à oposição do que nas vésperas da eleição passada.

12- Apesar dos inúmeros sinais de esgotamento do modelo governista de desenvolvimentismo patrimonialista, a conjuntura política parecia congelada nos elevados percentuais de apoio ao governo que as pesquisas mostravam até maio. As jornadas de junho mudaram tudo ao reintroduzir a incerteza, a imprevisibilidade e ao devolver aos atores um leque mais amplo de alternativas. As manifestações populares de junho e de julho, inéditas na história brasileira pela magnitude, pela extensão geográfica, pela agenda e pela autonomia em relação a movimentos, organizações, partidos e sindicatos, introduziram um dado novo, impossível de subestimação, na equação política de 2014. As jornadas de junho derrubaram diversos mitos que tolhiam o debate: trouxeram à justa medida o apoio popular ao governo, mostrando como ilusória a idéia de a coalizão governista representar um "campo popular", com apoio automático dos setores mais pobres da população; acabaram com a hipótese da funcionalidade do sistema político para a democracia brasileira; deixaram clara a impossibilidade de a democracia restringir-se, no século XXI, aos limites da representação política. As jornadas de junho apontaram uma pauta de reivindicações clara: atuação do Estado, cumprimento de seus deveres, como produtor e regulador, nas áreas de saúde, educação, segurança pública e mobilidade social. O mercado por si só não é capaz de garantir a oferta desses serviços fundamentais e a reforma democrática do Estado entra com peso na agenda da política brasileira. É claro que a diversidade política das manifestações em torno dessa agenda unitária, abriga inclusive setores violentos e autoritários, o que exige a mobilização adicional de todos os democratas. No entanto, esses setores são minoritários, parasitam o movimento mais amplo e quanto maior a sua atividade, menor a presença massiva do cidadão nas ruas.

13- Nos vinte e cinco anos de vigência da democracia no Brasil, o desempenho eleitoral do PPS ficou sempre aquém das expectativas do partido, embora o impacto de sua atuação tenha sido muitas vezes superior ao esperado em razão do número dos eleitos. Na Constituinte, ainda como PCB, uma pequena bancada teve papel importante na formulação de diversos dispositivos do texto constitucional, assim como na articulação do campo democrático e progressista. O PPS participou do movimento que resultou no impedimento do Presidente

Collor e na articulação da frente de apoio ao Presidente Itamar. No governo do PSDB, o PPS foi um espaço de oposição propositiva. Apoiamos as reformas que sustentaram a estabilidade da moeda, as privatizações efetuadas e o processo de revisão constitucional. Criticamos os procedimentos da privatização, o viés financista da política econômica em detrimento da indústria e do capital produtivo, assim como a apresentação e aprovação da reeleição. Participamos do início do governo Lula, com o qual rompemos, antes do chamado mensalão, em razão de nossa divergência com a manutenção da política econômica do governo anterior. Mantivemos, a partir de então, nossa oposição ao governo do PT, que se adaptou à regra do jogo da política nacional, abandonou o caminho das reformas, conduziu o país, nos últimos anos, à estagnação econômica e à reversão dos avanços sociais alcançados nas últimas décadas.

III – Um novo partido

1- O PPS é um partido do campo da esquerda. Isso significa, ontem como hoje, a maximização da equidade por meio da política. Equidade é questão pública, aberta à intervenção política e à atuação do Estado. Na situação de conflito distributivo que caracteriza as sociedades capitalistas, a proposta do PPS tem um viés assumido em favor dos trabalhadores, dos excluídos e das vítimas de discriminação e de opressão de qualquer tipo. Essa não é uma questão apenas valorativa, mas prática. Equidade é condição de participação e partilha de responsabilidade, é condição, portanto, de prosperidade e de eficiência, na produção e na política.

2- O PPS é um partido democrático. A opção democrática do PPS tem como centro a defesa da institucionalidade democrática, a defesa do estado democrático de direito, tal como expresso na Carta de 1988. Mas não se limita e ela. Reconhece, além disso, que a democracia é um processo, uma fronteira móvel, e que muitas vezes os avanços da democracia confrontam o marco legal vigente, até promover sua alteração. O caminho da democracia hoje é o incremento da participação direta do cidadão, articulado com o ganho na qualidade da representação.

3- O reconhecimento da falência do revolucionarismo e a opção decidida pela promoção das mudanças no interior da

institucionalidade democrática levam ao reformismo como estratégia. Nessa opção não estão em jogo o alcance e a profundidade das mudanças propostas, mas seu método de operação. As mudanças serão feitas nos marcos da lei, ou seja, fruto de um processo contínuo de pressão e persuasão, acumulação de forças, construção de acordos capazes de promover a mudança, na regra e na prática de governo.

4- O PPS defende a nova economia e Afirma seu compromisso com a sustentabilidade. Os riscos da exploração sem limites dos recursos naturais tornam-se mais claros e mais próximos a cada dia. Uma radical alteração na matriz energética, com reflexo imediato nas formas de produção, com limitações severas aos agentes produtivos, regulação dos mercados e fiscalização crescente do cidadão é necessária e está em curso. O PPS afirma seu compromisso com um "desenvolvimento exigente" que dê esteio a esse processo.

5- Os compromissos com a equidade, a democracia e a sustentabilidade definem como interlocutores principais do PPS os novos atores sociais. Novos atores sociais são os setores emergentes no mundo do trabalho, os novos autônomos, profissionais liberais, pequenos empresários, associações de produtores; são as associações de tipo novo que emergem no mundo da cultura e da sociabilidade, são as redes em mudança permanente na internet. O traço comum a todos eles é a demanda por mais iniciativa, participação, decisão e responsabilidades que a difusão da informação propiciou. No entanto, a relação desses setores com os partidos não obedece ao padrão anterior da esquerda: vanguarda ou delegação incondicional. Hoje, a relação que o PPS procura é de confiança, interlocução e cooperação.

6- A significação do socialismo como modo de regulação de sociedades de economia de mercado, como regra de distribuição do trabalho e seus produtos, sua relação com a ampliação da democracia e da participação popular são questões em aberto, no Brasil e no mundo. Não é possível simplesmente decretar o fim de uma alternativa ao capitalismo, mas tampouco é possível sustentar a validade das tentativas construídas na esteira da experiência soviética.

7- Um partido comprometido com esse ideário exige estatutos e regras de funcionamento interno compatíveis com ele. Para tanto, o partido precisa superar a tendência ao personalismo que a a regra eleitoral vigente estimula em todos os partidos, fortalecer a a prática da direção coletiva e adotar uma sistemática de rotatividade nos cargos de maior responsabilidade decisória da

organização, ou seja, na presidência, na secretaria e na tesouraria.

8- Nesse sentido, a revitalização do partido exige uma série de medidas que incidem sobre o estatuto e as práticas do partido, quais sejam:

1. A restauração da capacidade política e operacional das Comissões Executivas, municipais, estaduais e nacional, de maneira a reforçar a capacidade decisória das nossas direções.

2. A retomada das práticas de direção coletiva em todas as instâncias dirigentes.

3. O fortalecimento dos Diretórios, em todos os níveis, inclusive com o uso de reuniões por meio eletrônico.

4. A divulgação da informação, política, organizacional e financeira, em tempo real, de modo a possibilitar a prestação de contas periódica perante os órgãos dirigentes do partido, inclusive mediante a transmissão das reuniões na rede.

5. A implantação de um sistema de consultas aos dirigentes e filiados sobre os temas objeto da pauta do partido.

6. A difusão no meio dos filiados dos instrumentos de formação política a respeito da organização do partido e do trabalho de direção.

7. A formulação e implementação de políticas de renovação das direções em todos os níveis.

8. Fortalecimento da Rede 23 e ampliação do universo de interlocutores do partido.

9. Lançamento, em todas as eleições, de candidatos com campanhas centradas na internet.

4 – Nova economia, nova política, nova agenda para o país

4.1 Por uma nova política: mais participação e melhor representação.

A ampliação progressiva da democracia é central para o Partido Popular Socialista.

Não a vemos apenas como um objetivo normativo, mas como uma necessidade imposta pelas condições do desenvolvimento hoje.

Muito há a caminhar, em termos de aumentar a transparência dos atos governamentais e a participação do cidadão, melhorar a qualidade da representação política, sanar os desequilíbrios enormes entre os poderes da República e os níveis da Federação.

A reforma política é, para nós, um processo demorado, de acumulação de ganhos. O ponto inicial, contudo, *que deve ser enfrentado na primeira hora do novo governo* é a mudança da legislação eleitoral e partidária. Para haver partidos efetivos e legislativos atuantes, a regra deve mudar.

Para tanto o PPS propõe:

4.1.1 Reforma Política imediata em torno do voto distrital misto, com lista fechada, alternância de sexos na lista e financiamento público de campanha.

Se a mudança da regra eleitoral é o ponto inicial da Reforma, a mudança de sistema de governo é seu horizonte. Propomos, portanto,

4.1.2 O retorno do parlamentarismo à agenda, com a perspectiva de sua adoção em caráter experimental em estados e municípios, sujeita a aprovação popular posterior.

A partir da reforma eleitoral e partidária torna-se possível avançar na reforma democrática do estado. As tentativas anteriores pecaram, de um lado, por não considerar a necessária mudança prévia na regra eleitoral, de outro por não perceber que o acréscimo de um componente gerencial em determinados segmentos do Estado deveria ser acompanhado pelo incremento da participação da sociedade civil organizada.

Assim, propomos:

4.1.3 A Reforma Democrática do Estado, com a redução imediata de 50% do número de cargos de livre provimento e fortalecimento simultâneo dos instrumentos gerenciais e participativos da gestão pública, dotando-a de uma necessária transparência ao escrutínio da cidadania.

Além do aumento da eficiência e da participação, está em jogo o caráter dos instrumentos utilizados pelo poder publico.

Há instâncias e organizações submetidas de forma direta à vontade popular, cujos titulares dependem da indicação dos eleitos, e instâncias e organizações outras cujo bom funcionamento depende do alinhamento a regras de caráter técnico, cujos titulares, aprovados pelos representantes do povo, dispõem de autonomia e mandato.

O PPS propõe:

4.1.4 A rediscussão da estrutura do Estado brasileiro, com definição clara dos limites de atuação de agências reguladoras e outras organizações relativamente autônomas e os demais órgãos do Poder Executivo.

A mudança na regra eleitoral enseja o fim da corrupção estrutural que comanda nossas eleições, bem exemplificada pela prática generalizada do chamado "caixa dois". Será o momento de prosseguir nesse rumo e avançar nas exigências de transparência, de candidatos, partidos e governantes, bem como no fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e controle. Propomos

4.1.5 A generalização do e-governo, com exceção apenas das matérias com implicações em termos de segurança nacional.

Esse conjunto de mudanças deve ser acompanhado da redefinição do financiamento do Estado, assim como da repactuação da partilha dos recursos e das responsabilidades entre a União, os Estados e os Municípios. Nessa direção propomos:

4.1.6 A construção de um novo pacto federativo, com sua correspondente reforma tributária.

2 – Por uma nova economia: capitalismo com inclusão social e sustentabilidade ambiental

Nos 25 anos de democracia, particularmente nos 16 últimos anos de estabilidade econômica, conseguimos no Brasil avanços significativos em termos de inclusão social e redução das desigualdades.

É preciso reconhecer, no entanto, que ainda estamos longe da situação de eqüidade mínima necessária. Pobreza e indigência caíram, mas seus percentuais continuam elevados. Além disso, parte importante dos egressos da indigência alcançaram uma situação de consumo nova, compatível com a sobrevivência, mas não foram incluídos de forma plena em termos de inserção produtiva nem de autonomia cidadã.

Para prosseguir nesse rumo precisamos de instrumentos novos de política econômica e social. O Partido Popular Socialista propõe, em primeiro lugar,

4.2.1 *A continuidade das políticas de transferência de renda existentes, com controle maior sobre a seleção de beneficiários e a partilha de responsabilidades por sua implementação com os governos municipais*.

Essas políticas têm o mérito de manter a vida dos cidadãos beneficiados. Responderam, com os aumentos continuados do salário mínimo, pela redução do percentual de indigentes da população brasileira. Não enfrentam, contudo, as questões da pobreza e da desigualdade, que exigem políticas de mudança estrutural para seu enfrentamento.

Trata-se de criar as condições para o início de um círculo virtuoso de acumulação de capital social.

Para tanto, o PPS propõe:

4.2.2 A educação em tempo integral como meta nacional, acompanhada de uma política rigorosa de avaliação de resultados, base para o incremento progressivo da qualidade do ensino.

A situação da prevenção de doenças e do atendimento à saúde do cidadão ainda é precária e desigual no Brasil. A criação do SUS foi um passo importante, porém insuficiente para o equacionamento dessa situação. Para avançar, o PPS propõe:

4.2.3 O fortalecimento do SUS, por meio de reforma que contemple o investimento mínimo de 10% das receitas brutas da União, a eficiência na gestão e a fiscalização e o controle da sociedade.

4.2.4 O controle e a fiscalização do estado sobre os planos de saúde para prevenir a fraude e os abusos.

4.2.5 A desoneração dos medicamentos, em especial aqueles de consumo prolongado.

4.2.6 A expansão da rede de saneamento básico à totalidade dos domicílios do país.

A inserção produtiva é dimensão indispensável à inclusão do cidadão. Na sociedade nova, na economia do conhecimento, sob a diretriz da sustentabilidade, o mundo do trabalho se transforma. A questão do trabalho é cada vez menos redutível ao emprego.

O trabalho autônomo, o trabalho familiar, as pequenas empresas, as cooperativas, respondem em conjunto por um número cada vez maior de trabalhadores, no Brasil e no mundo. O trabalhador de novo tipo participa em maior medida que o assalariado dos riscos e dos ganhos do empreendimento.

O PPS propõe:

4.2.7 *A formulação e implementação de uma política nacional de trabalho, que contemple o aumento do emprego, o apoio à pequena e micro-empresa, o estímulo ao associativismo e a promoção do empreendedorismo, com participação importante dos governos municipais*.

No Brasil de hoje as cidades concentram a população, a pobreza e as desigualdades. O combate a esses problemas não pode prescindir da consideração da questão urbana.

Sucessivos governos têm tratado essa questão apartada da questão da desigualdade. O atual governo soube transformar o que poderia ser um importantíssimo projeto de coesão social e transformação das cidades, como desenhado no Estatuto das Cidades, em balcão de negócios para regular o direito de incorporadoras e construtoras.

Caberá ao novo governo retomar o papel da cidade enquanto lugar de afirmação das políticas públicas de promoção social e da conexão dessas políticas com a questão da sustentabilidade.

É prioritário que o novo governo invista em cidades sustentáveis, e que também promovam a equidade.

Da mesma forma será necessário que haja uma política nacional de estímulo às políticas municipais de desenvolvimento, em seu sentido mais amplo.

O PPS propõe:

4.2.8 A reforma urbana como política nacional, com incidência sobre a propriedade do solo, a reorganização do espaço urbano, a mudança radical do sistema de transportes e a reestruturação da oferta de serviços públicos, e

4.2.9 O fortalecimento do poder local, com o empoderamento dos municípios e o estímulo à participação dos cidadãos na formulação de políticas e na gestão dos serviços.

O PPS defende ainda a continuidade e aprofundamento das políticas de combate às desigualdades de gênero, raça e região. Para essa última questão propõe

4.2.10 A definição em implantação de uma política de desenvolvimento regional, com prioridade para a Amazônia e a região Nordeste, nos marcos da nova economia da sustentabilidade.

A controvérsia em torno da sustentabilidade como premissa do desenvolvimento está vencida. A mudança da matriz energética, o caminho na direção de uma economia não dependente do consumo de carbono é irreversível e o grau de ousadia do engajamento dos diferentes países nessa mudança será fator relevante na competição internacional.

O Brasil detém vantagens excepcionais nessa conjuntura, com destaque para a matriz energética limpa e o estoque de biodiversidade que o território nacional abriga. Faltam-nos, ainda, clareza na definição política do rumo a tomar. Todas as decisões da política econômica, inclusive aquelas relativas à velha matriz, como o projeto do pré-sal devem tomar como norte o futuro do pós-carbono.

Nesse cenário, fica clara a centralidade da política de ciência, tecnologia e inovação.

O PPS propõe:

4.2.11 Uma política de C&T, voltada para as exigências do novo tempo, que aumente os investimentos no setor, priorize a articulação com o setor produtivo e supere o gargalo hoje existente em termos de inovação.

Impõe-se, também, acelerar o processo de mudança da matriz energética.

O PPS propõe:

4.2.12 Prioridade para a expansão do uso de energias limpas como o etanol, a eólica, a solar, a biomassa, as hidroelétricas de pequeno e médio porte, a energia nuclear, bem como para programas de aumento da eficiência no transporte e uso da energia.

Essa é uma opção política que implica mudança radical na matriz de transportes brasileira.

O PPS propõe:

4.2.13 A transição acelerada para uma nova matriz de transportes, com prioridade para a ferrovia e a hidrovia, em detrimento da rodovia; para o transporte coletivo em detrimento da locomoção individual.

A agropecuária brasileira, em boa parte graças ao investimento público em ciência e tecnologia, encontra-se na vanguarda da produção mundial. Cumpre superar a oposição entre agropecuária e sustentabilidade e caminhar na direção de uma agropecuária

sustentável. Para tanto é necessário prosseguir no desenvolvimento científico e tecnológico com o objetivo simultâneo de aumentar a produtividade e preservar adequadamente a terra e os recursos naturais.

O PPS propõe:

4.2.14 Elevar o investimento em pesquisa, com ênfase na sustentabilidade e foco especial na agricultura familiar.